



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS  
INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

Exma. Senhora  
Dr.<sup>a</sup> Catarina Gamboa  
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário  
De Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

---

**SUA REFERÊNCIA**  
704

**SUA COMUNICAÇÃO DE**  
07-03-2019

**NOSSA REFERÊNCIA**  
Nº: 883/2019  
ENT.: 1406/2019  
PROC. Nº: 16/2019

**DATA**  
12-04-2019

---

**ASSUNTO:** Resposta à pergunta nº 1519/XIII/4ª - Substituição dos cabos submarinos dos Açores

Na sequência do Ofício acima identificado, e em resposta à pergunta n.º 1519/XIII (4.ª) formulada pelos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, encarrega-me Sua Excelência, o Ministro do das Infraestruturas e da Habitação de, relativamente às questões colocadas, enviar a seguinte informação:

A substituição das interligações por cabo submarino deve constituir uma prioridade para Portugal e para a União Europeia, dado tratar-se de um investimento fundamental para assegurar a coesão nacional e o desenvolvimento económico do país e do espaço europeu, o qual requer que as regiões autónomas sejam servidas por boas infraestruturas de telecomunicações, que lhes permitam a transmissão de voz e de grandes volumes de dados a alta velocidade.

O Governo assumiu o compromisso de iniciar as ações tendentes à substituição dos cabos submarinos dos Açores, tal como decorre do artigo 80.º da Lei do Orçamento do Estado para 2019 onde se refere que: “O Governo dá início em 2019 às ações necessárias para assegurar a substituição das interligações por cabo submarino entre o continente e as regiões autónomas, bem como entre as respetivas ilhas, para assegurar que as regiões autónomas sejam servidas por boas infraestruturas de telecomunicações.”

Assim, para promover o debate em torno da matéria e identificar quais as melhores opções a considerar, a ANACOM organizou, a 20 de junho de 2018, em Lisboa, um Workshop sobre “O futuro da interligação Continente-Açores-Madeira (CAM) por cabo submarino”, que reuniu um vasto conjunto de interessados, incluindo representantes do Governo da República e dos Governos das Regiões Autónomas (<https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1455333>).



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS  
INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

Adicionalmente, e conforme anunciado em fevereiro passado pelo Governo, vai ser formado, em breve, um grupo de trabalho, com a participação do Governo, dos Governos Regionais e da ANACOM, que apresentará conclusões e orientações (configuração técnica, eventual necessidade de participação pública, modelo de negócio, montantes de investimento, etc.) tendo em vista uma decisão a ser tomada durante o ano de 2019.

Quanto ao projeto técnico e modelo de negócio que está a ser perspectivado, ele resultará das conclusões do referido grupo de trabalho, pelo que é prematuro dar uma resposta concreta.

Ainda assim, dir-se-á que a decisão a ser tomada deverá ter em conta a necessidade de um esforço solidário entre as Regiões Autónomas e o Continente e a utilização de apoios comunitários.

Relativamente à questão dos investimentos que estão previstos, respetivos valores e fontes de financiamento importa esclarecer que a configuração técnica do Anel CAM condicionará a resposta a estas questões razão pela qual só num momento posterior teremos uma noção precisa dos valores que podem estar envolvidos.

O Governo está ciente da urgência deste projeto e do que representa para os Açores qualquer interrupção no tráfego de telecomunicações quer inter ilhas quer para o exterior da região.

Daí que seja objetivo do Governo trabalhar numa solução que defenda e promova a coesão social e territorial do país, acautelando situações críticas e potenciar o desenvolvimento destas regiões.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

  
(Marina Gonçalves)